

PEDRAS NA PRESIDENTE

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

A presidente Dilma vem sendo objetos de fortes ataques neste começo de segundo governo. Tomou acertadas medidas no campo da Previdência Social e foi acusada de incoerência, pois prometera não tocar em direitos trabalhistas "nem que a vaca tussa". Crítica injusta. Previdência Social não é Direito do Trabalho, que não foi tocado: aviso prévio, FGTS, jornada de trabalho, sindicalismo, convenção coletiva e greve estão aí. Ninguém os extinguiu ou modificou. Alguns retoques na PS foram feitos. E precisava mesmo que alguém os fizesse. Ajustes não são exclusão. São melhoras para que todos os trabalhadores possam usufruir dos benefícios e serviços previdenciários.

Acusam-na de ter autorizado a compra da siderúrgica Pasadena. Porém o que houve foi um erro de má administração. Assessoria incompetente opinou pela compra. Mas o próprio ex-presidente da Petrobrás à época admitiu que houve omissão de duas cláusulas que, se transcritas, poderiam ter impedido o negócio. Afinal quem exerce cargos de decisão em grandes empresas tem mesmo que delegar. Se houve mau negócio, ele não foi motivada por propinas e vantagens pessoais em favor da atual Presidente do Brasil.

Tentam desprestigiar o governo com a derrota do candidato por ele apoiado para a presidente da Câmara dos Deputados. Ora, o Legislativo é um Poder independente. O Executivo pode apoiar um candidato, mas não significa que deva ser o escolhido. Se assim fosse, o Presidente da Câmara seria uma indicação do Executivo e não uma escolha democrática do próprio Poder. Isto mostra o vigor de nossa democracia e não um desprestígio ao governo.

Obama governa com minoria na Câmara dos Deputados. Nem por isto faz um governo ruim nem a nação está travada pela falta de votação de projetos importantes. Dilma fará o mesmo. Tanto ela como Eduardo Cunha são menores diante dos interesses do país. E ambos saberão na hora certa juntar forças para o bem social e coletivo.

Os tão propalados poderes do Presidente da Câmara dos Deputados- nomear comissões, colocar projetos em pauta, exercer funções políticas que podem contrariar o Governo- não podem ser exercidos de modo absoluto. Ele está no cargo que ocupa por vontade do povo. Logo tem que agir em nome de quem o elegeu e não fazer oposição sistemática ou cultivar inimizade com os demais poderes.

O último ataque (saltamos vários) foi um parecer do jurista Ives Gandra da Silva Martins, opinando que, mesmo sem a apuração completa dos desvios a cargo do MP e do Judiciário, já há razões para a proposição de impeachment da Presidente por culpa. Nada mais contestável e criticável. Como pode um presidente da república perder o mandato que o povo lhe concedeu por atos em relação aos quais não tem responsabilidade pessoal? Que estranha culpa é esta que depõe um alto mandatário eleito pelo povo por mera suposição?

O governo de Dilma Rousseff tem erros. Mas quem governa sem eles? Se vamos destituí-la, deveríamos ter deposto também todos os presidentes anteriores, em cujos governos houve corrupção e desvios.

Se a presidente sofrer um impeachment quem colocaríamos em seu lugar? Olho para frente. Só vejo um silencioso deserto sem homens e sem ideias.